

"Governo Federal poderia ter feito mais por Minas"

ENTREVISTA/ROMEU ZEMA

Governador de Minas e pré-candidato à reeleição

Zema se queixa de Bolsonaro, ataca Kalil e diz que Serra do Curral não será destruída

"O GOVERNO FEDERAL PODERIA TER FEITO MAIS POR MINAS"

BENNY COHEN, GUILHERME PEIXOTO e MÁRCIA MARIA CRUZ

Enquanto ganha afagos públicos de Jair Bolsonaro (PL) e diz apoiar Felipe Avelar, presidenciável de seu partido, o governador Romeu Zema (Novo), pré-candidato à reeleição, cobra ações do Palácio do Planalto no estado. "O governo federal poderia ter feito muito mais para Minas Gerais", diz, embora se recuse a quantificar, de 1 a 10, a nota que dá para a atenção dedicada por Bolsonaro às demandas mineiras. Nesta entrevista ao Estado de Minas, ao passo em que enaltece ações como as articulações pela ampliação do metrô de Belo Horizonte, Zema garante não estar satisfeito. "Minas merece mais", reforça, mencionando cobranças por ajuda para a revitalização de estradas.

"Queríamos que as rodovias federais tivessem recebido uma atenção e manutenção maiores, e que o BR-262, no sentido Triângulo, tivesse recebido recursos para ser duplicado. Tivemos um apoio, alguma coisa, mas gostaria de muito mais."

Há mais de um mês, o governo de Zema está envolto em polêmica nascida após a aprovação, no Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), de um empreendimento mineiro na Serra do Curral. Ambientalistas dizem que a mineração vai devastar a serra. O político do Novo defende o parecer favorável ao pleito da Taquaril Mineração SA (Tamisa). "Há muita polêmica e cabe uma análise técnica disso", pontua. "A paisagem de Belo Horizonte vai ser preservada. Nada ali vai ser tocado", assegura.

Ao tratar de Alexandre Kalil (PSD), que deve ser seu rival na eleição estadual, faz questão de relacioná-lo ao PT, com quem o ex-prefeito de BH firmou aliança, e com o ex-governador petista Fernando Pimentel, acusado por Zema de "arruinar" as contas públicas. "A turma dele (Kalil) estragou Minas. O que é estragado, leva um tempo. Estragar é muito mais fácil e rápido que consertar". E, ao seguir tratando do adversário, mantém o tom alto: "Ele nunca conseguiu fazer muito e vive só de críticas".



Depois de três anos de gestão, o senhor virou político ou ainda é um empresário? Viri um político diferente. Não venho da máquina política que tanto prevalece no Brasil. Eu me considero um político, mas que preza pela ética, pela eficiência do setor público e que governa para a população — não para os poderosos, como sempre costumou ser regra em Minas e no Brasil, infelizmente.

O senhor disse ser um "político diferente". Em 2018, o Novo não fez alianças eleitorais, mas, por este ano, negocia com outros partidos. Como estão essas conversas? O nome de seu vice está entre Bilac Pinto (União Brasil) e Marcelo Aro (PP)?

Ainda não há essa definição. Gostaria muito de estar com isso definido, pois eliminaria uma enorme perda de tempo tendo de explicar a questão. Temos conversas com diversos partidos e queremos fazer o que for melhor. Aprendemos que precisamos ter alianças e um grupo maior. Foi eleito por um grupo que estava mais distante da política e, pela primeira vez, ocupou o governo. Você começa a ter mais dificuldades para governar quando seu grupo é pequeno. Sou favorável às alianças. As tratativas estão em andamento, considerando os nomes que você mencionou. As alianças vão demonstrar que o Novo está, efetivamente, fazendo a política que conhecemos, trazendo mais pessoas e grupos ao time.

O Novo costuma fazer seleções para aceitar membros e candidatos, mas alianças significam a negociação de cargos. Essas pessoas indicadas por partidos dessas alianças não terão passado pelos critérios do Novo. Como isso é debatido internamente?

Não há nenhum problema. Não abrimos mão de gente competente. Temos um processo seletivo e, quando houver os indicadores nomeados, haverá a indicação de um. Não vamos abrir mão dos nossos valores e princípios. Somos um partido que acredita na meritocracia, e não em indicações dos amigos do rei. Minas Gerais, talvez, nunca tenha tido um secretário do nível de hoje — sem querer desmerecer nenhum governo anterior. Nenhum (secretário) foi indicação política. Aprendi a duras penas que trazer secretário de outro estado é malvisto em Minas. Trouxe cariocas e

O governador (Renato) Casagrande e eu nos comprometemos a reservar pelo menos R\$ 2 bilhões do acordo de Mariana, que vai sair neste ano, para viabilizar a concessão da BR-381. É um sonho de décadas. Desde criança vejo essa rodovia congestionada e matando pessoas. Os R\$ 2 bilhões vão significar pedágio mais barato"

paulistas para trabalharem em minha empresa. Em Minas, parece que não pode, que há um xenofobismo. Fomos criticados por isso. Temos de trazer o melhor, quem resolve o problema. Estamos mostrando que temos resolvido.

O senhor falou em meritocracia. Pode relacionar essa palavra à diversidade? Como o senhor pensa a presença de mulheres, negros e pessoas LGBTQIA+ no governo? Nunca um governo de Minas ter tantas mulheres no primeiro e no segundo escalões como no nosso. Antes, predominavam indicações políticas ou politiquêras. Em meu governo, o mérito é

o que está em questão — e há muita mulher inteligente e competente, como as secretárias. Mariana (Melo) foi a primeira secretária de Meio Ambiente, Ana Valentin, a primeira mulher a ocupar a Secretaria de Agricultura. O percentual de mulheres no governo de Minas nunca foi tão elevado quanto em minha gestão. Venho do setor privado e sempre caminhei junto às melhores práticas de gestão, que dizem para fazer um processo seletivo e esquecer o sexo (gênero, na verdade). É como escutar alguém que vai ser promovido a uma orquestra sem saber quem toca. Tenho incentivado, demais, as mulheres a participarem da política. Tive encontros exclusivamente com mulheres para dizer "venham ser candidatas". A medida que a participação feminina aumenta, vamos melhorar a política. As mulheres podem agregar muito. Acredito na diversidade, mas não só de mulheres, como de negros etc. Sei perfeitamente como se enriquece um ambiente com diversidade.

O senhor criticou o consórcio de algumas rodovias mineiras. A malha controlada pelo governo estadual tem diversos déficits. O que tem a dizer sobre isso? A situação de Minas, quando assumimos, era como uma casa onde o pai de família não consegue comprar alimento suficiente para os filhos. E, se ele não consegue comprar alimento, pode pensar em arrumar um telhado cheio de goteiras? É pouco provável. Somente no ano passado conseguimos colocar salário e 13º em dia, além de começar a pagar as férias-prêmio do pessoal da educação, que aguardava há oito anos. A prioridade foi humana. As pessoas precisam comer, ter planejamento e saber quando vão receber. Só neste ano conseguimos lançar o Pró-Vias. Estamos recuperando totalmente 2,5 mil quilômetros de rodovias estaduais. É recapamento, não mais operação tapa-buraco. Vamos ter uma segunda onda, pois 2,5 mil quilômetros (de melhorias) não são suficientes. Temos cerca de 5 mil quilômetros que precisam de recapamento. Já temos mais de 70 frentes de trabalho no estado. Quem roda vê que as rodovias estão sendo recuperadas. Nos últimos 10 anos, devido às dificuldades do estado, nada foi feito além de operações tapa-buraco. É como uma roupa remen-

Aprendi a duras penas que trazer secretário de outro estado é malvisto em Minas. Trouxe cariocas e paulistas para trabalharem em minha empresa. Em Minas, parece que não pode, que há um xenofobismo. Fomos criticados por isso. Temos de trazer o melhor, quem resolve o problema. Estamos mostrando que temos resolvido"

dada. As rodovias, que só vinham piorando, vão começar a melhorar. Mas, em um estado do tamanho da França, não se faz isso em seis meses. É um trabalho iniciado neste ano, que vai continuar ano que vem. Em 2024, aí sim, teremos uma malha viária (melhor). Meu sonho é termos estradas tão boas quanto as de São Paulo.

Como estão os conversos com o Planalto para recuperar as estradas federais? Tenho presença constante em Brasília desde o início do governo. Tive várias reuniões com o ex-ministro Tarcísio (de Freitas, da Infraestrutura), agora substi-

tuido devido à campanha (ao governo paulista) solicitando melhorias nas BRs mineiras — principalmente na 262 e na 381. Passo pela BR-262 constantemente quando vou ao Triângulo. O que tivemos em Minas, no passado foram concessões malfeitas por parte do governo federal — é o caso da BR-202. A concessionária quer devolver e está em litígio. O ministro Tarcísio se comprometeu a fazer uma licitação. Houve uma licitação da BR-381 no sentido Espírito Santo que deu vazão, mas o governador (Renato) Casagrande e eu nos comprometemos a reservar pelo menos R\$ 2 bilhões do acordo de Mariana, que vai sair neste ano, para viabilizar a concessão da BR-381. É um sonho de décadas. Desde criança vejo essa rodovia congestionada e matando pessoas. Os R\$ 2 bilhões vão significar pedágio mais barato.

Alexandre Kalil, que deve ser seu rival na eleição, disse que color os salários em dia é obrigatório. Esse é, de fato, seu principal legado para o estado?

Reformamos 1,5 mil escolas que estavam desmoronando e a merenda, agora, tem proteína e fruta. As estradas estavam em estado contínuo de deterioração — elas não estão todas arrumadas, mas caminham para uma situação adequada. Minas é o estado mais seguro do Brasil e o 20º colocado em transparência: hoje é o primeiro. Tivemos avanços. Ele (Kalil) com o Pimentel, do PT, que está no mesmo grupo dele, foi quem atrasou os salários. Se não tivesse passado, teríamos de pagar uma das dívidas, de R\$ 7 bilhões, do Pimentel e do PT, que é do grupo do Kalil, com as prefeituras. Seria que ele queria que eu ficasse sem pagar as dívidas dos prefeitos para poder fazer alguma coisa? Se essa é a visão dele, infelizmente não é a minha. Custo de fazer o certo. A turma dele estragou Minas. O que é estragado, leva um tempo. Estragar é muito mais fácil e rápido que consertar. Os R\$ 7 bilhões dariam para fazer algumas boas obras. Se não fiz, é por causa dele, do Pimentel e da turma que arruinou Minas. Agora, já estamos com as contas mais equilibradas, apesar de ainda em uma situação grave. Já temos condições de começar a fazer algo. A turma que destruiu o estado é a que critica por termos consertado. Criticar faz parte da vida dele (Kalil). Ele nunca conseguiu fazer muito e vive só de críticas.

BR ANAVALIA/DA PRESS



Zema com o presidente Bolsonaro em BH: apesar dos afagos, queixas de que Minas merecia mais ações do Planalto



Sobre a mineração que ameaça devastar parte da Serra do Curral, Zema diz seguir critérios técnicos de sua equipe

Qual o peso da liminar que suspendeu o pagamento da dívida com a União, hoje em torno dos R\$ 149 bilhões? A medida cautelou o STF. Como será se houver a cobrança do passivo? Se a liminar tivesse caído, teria sido uma catástrofe financeira, o que teria forçado a análise do Regime de Recuperação Fiscal, pelo qual sempre advogamos. Está na Assembleia há três anos. Há horas em que, infelizmente, no Brasil, as coisas vão acontecer quando está pagando fogo. Enquanto não está, as pessoas acham que não precisa. As limitações vão cair agora, já está definido. Estive com os ministros Barros e Fux, que foram muito claros: pandemia acabou e Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás já aderiram. Por que Minas Gerais, em situação pouco pior, não faz a adesão? Para mim, aderir ao regime não é tabu. Me parece que, por questões eletorais, uma parte da Mesa Diretora da Assembleia não quis analisar o projeto.

Recentemente, a Assembleia aprovou projeto que permite a assinatura de um convênio direto com a União para refinanciar a dívida de Minas. O senhor pensa em firmar acordo do tipo? O que a Assembleia fez é a autorização de adesão a um parcelamento ordinário. O que foi feito é o mínimo que se faria, pois o estado, para um parcelamento, precisa de autorização legislativa. Aderiram a um prazo curto, não sei se três, quatro ou cinco anos (pelo projeto, o prazo é de 30 anos). O que quero para o mineiro é 30 anos.

A coalizão de deputados estaduais que apoiava seu governo foi extinta por ausência de número mínimo de parlamentares. As articulações governistas permanecem, mas há dificuldades para formar uma base aliada. O que o senhor tem em mente, inclusive, para obter votos em prol da Recuperação Fiscal? Não deixaram sequer ir para o plenário. Se é um plano tão ruim, por que não foi ao plenário e os deputados recusaram? É bom chamar os deputados para escutá-los. Me parece que alguém da Mesa Diretora não quer que Minas seja consentida. Isso fica ruim para ele em ano eleitoral, onde a turma adversária quer ver o circo pegar fogo e o governo e o mineiro irem mal – para aumentar as chances de ganhar. Se depender de mim, isso não vai acontecer. Quero ganhar a eleição no primeiro turno.

O senhor vetou um projeto de lei que estabelecia punições para estabelecimentos onde ocorressem LGBTfobia, que previa uma

“Sou favorável ao tombamento (da Serra do Curral). O governo está conversando com os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará para que a serra seja tombada. Que fique claro: ela será preservada. Se, amanhã, houver qualquer questão à serra, temos que deixar claro: é algo que passou pelo setor técnico”

atualização das multas e incluía as pessoas trans. Como trata a proteção de pessoas LGBTfobia? Como gestor há mais de 35 anos, sempre prezei a diversidade. A empresa que administrei dava emprego a pessoas de toda natureza, inclusive LGBTf. Sem nenhuma discriminação. Sempre fui advogado da diversidade. Agora, o que não podemos é criar complicações para as empresas. Na hora em que cheguei aqui, eu fui no banheiro, tinha um banheiro masculino e um feminino. O que queriam era ver algo como complicar isso. Até em nome de evitarmos problemas. Se amanhã alguém fosse entrar em um banheiro, iria ser dito que entrou no banheiro errado. O que estamos fazendo é respeitar as pessoas e as minorias. Não temos nenhuma restrição a isso. Agora, polemizar uma questão dessa sempre vai ter. Se depender de algumas pessoas, vai haver cinco, seis tipos de banheiros diferentes. Sou um advogado, também, da simplificação. Não podemos complicar o mundo porque alguém pensou que, de determinada maneira, poderia ser melhor. Na minha (empresa), todos sempre foram muito bem considerados. No meu governo, a mesma coisa. Inclusive, temos pessoas assim no alto escalão do governo – não vou citar aqui, pois não sei se a pessoa quer ou não. Eu me relaciono bem sempre com esse público não tenho nenhuma restrição a esse tipo de público. Agora, sempre vai haver aqueles que gostam de causar polêmica, que vão querer que tenha o tratamento desse ou daquele outro tipo. Então, em nome de uma simplificação de fazer, inclusive, o que prevalece no mundo desenvolvido, nós vamos seguir esse caminho.

O projeto não fala sobre gênero em banheiros, mas de atualização das multas por estabelecimentos e prevê também a inclusão de proteção de pessoas transgêneras, que não tinha na lei de 2013. O argumento do banheiro não estava no projeto original. As leis, muitas vezes, não são redigidas de maneira adequada. Houve pessoas que interpretaram dessa forma. Se, amanhã, houvesse esse tipo de interpretação, iríamos cair nessa interpretação que eu acabei de falar. Talvez, a solução seja rever esse projeto de lei que foi feito no passado de uma maneira mais adequada. Fica clara minha preocupação de respeitar todas as minorias. Sempre

trabalhei da forma mais diversa possível. A empresa em que eu estava à frente tem mais de 5 mil funcionários, de todas as raças e minorias. Nunca houve e nunca haverá nenhuma restrição no meu governo.

Recentemente, durante passagem por Minas, Bolsonaro voltou a acenar ao senhor dizendo que “em time que está ganhando, não se mexe”. Por que, mesmo com seu apoio público a Felipe d’Alva, presidente de seu partido, a possibilidade de aliança com Bolsonaro permanece viva no imaginário popular? Houve uma vinculação do meu nome ao dele porque fomos eleitos na mesma eleição, em 2018. Eramos nomes desconhecidos. Conectei o presidente Bolsonaro pessoalmente em 14 de novembro de 2018, mais de duas semanas depois da eleição. Por termos sido eleitos em situação semelhante, houve essa vinculação, mas nunca esteve no partido dele – e ele nunca esteve no meu partido.

De 1 a 10, como o senhor avalia a atenção do governo federal com Minas? O governo federal poderia ter feito muito mais por Minas Gerais. Fez (algo)? Fez. Vamos ter o metrô de Belo Horizonte, que foi fruto do ministro Farciato, de ter ido a Brasília diversas vezes. Mas queríamos que as rodovias federais tivessem recebido uma atenção e manutenção maiores e que a BR-262, no sentido Triângulo, tivesse recebido recursos para ser duplicada. Tivemos um apoio, alguma coisa, mas gostaria de muito mais – e tenho cobrado. Não estou satisfeito, porque Minas merece mais.

E a nota de 1 a 10? Para mim, que não fui acompanhar o que o governo federal fez no Pará, é muito difícil. Mas se eu for avaliar meu governo, é uma nota média. Temos muito o que fazer por Minas Gerais ainda.

O senhor tem defendido a mineração da Tamisa no estado de Rio Grande do Sul. Não teme ficar para a história como o governador que permitiu a devastação de um dos símbolos de Belo Horizonte e de Minas Gerais? Sempre tive uma preocupação muito grande com ecologia. Implantei em minha empresa um programa de reatendimento. Fizemos reflorestamento e preservação. Trouxe isso para o gover-

no. Quem aplicou a maior multa para uma mineradora na história do mundo? Meu governo, com R\$ 57 bilhões. Se fizer errado no meu governo, vai pagar muito caro. O governo que destruiu Minas Gerais, do Pimentel e do PT, aplicou uma ‘multazinha’ em Mariana que eu estou revendo agora. Vai ser muito maior, provavelmente, do que esses R\$ 37 bilhões. Se houve algum leniente e conveniente com a mineradora, foi o governo Pimentel e do PT. Nunca se diversificou tanto a atividade econômica em Minas Gerais para depender menos da mineração. Na semana passada, anunciei diversos investimentos em Minas, nenhum de mineração, para que dependamos cada vez menos. Da forma que foi noticiado, às vezes dá a entender que a Serra do Curral, aquele monumento, será minerado. Não vai. A paisagem de Belo Horizonte vai ser preservada. Nada ali vai ser tocado. Essa mineradora está fora da área de preservação. Temos trabalhado com as prefeituras de Nova Lima e Belo Horizonte pelo tombamento da área. Essa mineradora foi aprovada por critérios técnicos, rigorosos, muito mais do que no passado, porque foi depois da Lei Mar de Lama. Nunca vai. A régua subiu muito e atende ao que a legislação especifica. Imagine você comprar um lote para fazer sua casa e o poder público falar ‘você não pode fazer a casa aqui, porque eu não quero’. Há certa semelhança a isso. Minas Gerais hoje é o estado no Brasil que está ca-

minhando para uma economia sustentável. Somos o primeiro estado a assinar o Race to zero, de emissão zero em 2050. Somos o estado que mais investe e mais tem energia fotovoltaica na sua matriz energética. É, disparado, o primeiro produtor do Brasil, atraímos investimento do Bravo Motors, que vai produzir carro elétrico aqui. Temos enorme preocupação para que nosso café, grande pauta de exportação, e a siderurgia sejam de produção sustentável. O mundo não vai comprar, amanhã, nem aço nem café se eles produzidos através da devastação ambiental.

O senhor citou critérios técnicos e a legislação. Mas há outros casos envolvidos no caso, como o Pico Belo Horizonte. Apenas a lei basta? Não há outras questões no debate, como o simbolismo do pico? Sou favorável à preservação e ao direito do cidadão. Se você compra um terreno para construir a sua casa de boa-fé e atende a todos os quesitos legais e amanhã a prefeitura não deixa construir a casa, como você iria ver uma situação dessa? Iria se sentir um cidadão perseguido, um cidadão prejudicado. Houve análise técnica. A Secretaria do Meio Ambiente analisou, atendeu. O Copam, que tem membros da sociedade civil de diversos entes, analisou. Foi aprovado. Houve reclamações em que a Justiça não deu procedência a quem questionou. Se, amanhã, houver uma decisão que fale que esse empreendimento vai afetar a Serra do Curral, vou ser o primeiro a acatar. Tem de ficar muito claro. Estou aqui para fazer certo. Há muita polêmica e cabe uma análise técnica disso. Não sou engenheiro ambiental; para mim, é muito difícil entrar em detalhes técnicos. Confo na minha equipe, que está há décadas na Secretaria do Meio Ambiente e, vale lembrar, já falou ‘não’ para muitos empreendimentos. Se a Justiça definir – está tendo muitas ações judiciais –, vou ser o primeiro a obedecer. Não sou nem favorável nem contrário; quero fazer o certo.

A votação do Copam sobre a Serra do Curral terminou durante a madrugada. Isso não passa uma impressão ruim? Não dava para suspender e retomar durante o dia? A votação demorou porque tinha muita gente querendo opinar. Tem um cronograma a ser cumprido. Se houver 100 pes-

soas querendo se manifestar, a votação vai ser longa. O interesse era concluir.

Há um pedido de tombamento da Serra do Curral. Isso não tem peso no debate? O governo está conversando com os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará para que a serra seja tombada. Que fique claro: ela será preservada. Se, amanhã, houver qualquer questão à serra, temos que deixar claro: é algo que passou pelo setor técnico. As coisas foram analisadas.

Em futuro tombamento estadual, a área-alvo da permissão dada à Tamisa entraria como área de preservação? Não tenho detalhes aqui. Não saberia dizer.

E o que o senhor defende nesse caso? Defendo a preservação daquele monumento que é a Serra do Curral, e a equipe técnica me assegurou que ela está sendo preservada. Pronto.

Há questionamentos de ambientalistas, professores e outros segmentos. Vários atos em defesa da Serra do Curral têm sido feitos. O senhor não leva em conta essa voz dissonante do secretário técnico do senhor? Não seria o caso de ouvir o que essas pessoas estão dizendo em relação aos riscos? Advogo a preservação. Os técnicos me asseguraram que a serra está preservada e que essa mineradora está fora da área de impacto. Se estivesse (dentro), não teria sido aprovado. Então, fica um diz não me diz. Há muita gente que gosta de holoferia e polêmica. Sempre vou pelo lado da decisão técnica. Respeito muito todos que têm preocupação – eu sou preocupado. Quando me falaram que foi aprovado, fui me inteirar e me deixaram claro que está seguindo critérios técnicos. Agora, sempre vai haver divergências. É como na medicina: se você for fazer um tratamento de saúde e procurar três médicos, às vezes cada um vai sugerir algo diferente. Essas divergências são comuns. O Copam é a câmara técnica onde isso foi exaustivamente discutido, até de madrugada, para todos se manifestarem. Então, houve uma discussão exaustiva. Acabou se votando a favor. Por quê? Depois de tanta discussão, muito provavelmente, porque o projeto tinha embasamento.

“A turma que destruiu o estado é a que critica por termos consentado. Criticar faz parte da vida dele (Kalil). Ele nunca conseguiu fazer muito e vive só de críticas”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 4 e 5